Nota RE (MIN) No. 6/160

Lima, 14 SET. 2020

Excelentíssimo senhor Ministro:

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de ressaltar a realização, ao longo de 2019, de importantes reuniões entre representantes da República do Peru e da República Federativa do Brasil, tanto em Lima como em Brasília, que permitiram fazer avançar e aprofundar a relação bilateral. Especificamente, desejo destacar o processo de racionalização dos mecanismos bilaterais e o estabelecimento de novos Comitês de Fronteira e seu respectivo Regulamento Geral.

Como Vossa Excelência sabe, esses importantes passos históricos na relação bilateral foram possíveis graças à excelente disposição demonstrada pelas autoridades de ambas as partes, que empreenderam os maiores esforços com o objetivo de acordar assuntos de interesse transcendental para nossos povos, em especial, aos cidadãos residentes nos dois lados de nossa extensa fronteira, inteiramente amazônica.

Nesse sentido, tenho a honra de submeter, à consideração de Vossa Excelência, o estabelecimento do Comitê de Fronteira Norte, que engloba o Departamento-Região de Loreto, na República do Peru, e o Estado do Amazonas, na República Federativa do Brasil, ficando subordinado a este o Comitê de Fronteira Islândia – Benjamin Constant; e o Comitê de Fronteira Sul, que engloba os Departamentos-Regiões de Madre de Dios e Ucayali, na República do Peru, e o Estado do Acre, na República Federativa do Brasil, ficando subordinados a este os Comitês de Fronteira Iñapari – Assis Brasil e Purús – Santa Rosa do Purús.

Ao Excelentíssimo senhor
Ernesto Fraga Araújo
Ministro de Estado das Relações Exteriores da
República Federativa do Brasil
Brasília.-

Da mesma forma, tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência, o regulamento, anexo à presente nota, dos Comitês de Fronteira Norte e Sul.

Por conseguinte, se a República Federativa do Brasil também o julgar conveniente, propõe-se extinguir: i) o acordo por troca de notas de 21 de julho de 1999, que criou o mecanismo dos Comitês de Fronteira e aprovou seu respectivo Regulamento, assim como ii) o acordo por troca de notas de 28 de abril de 2009, que modificou o instrumento anterior.

A República do Peru sugere que esta nota e a resposta de Vossa Excelência, ambos os textos em espanhol e português, de igual teor e autenticidade, constituam um entendimento entre os dois Estados, o qual produzirá efeitos na data de recebimento da nota de resposta da República Federativa do Brasil.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência as seguranças da mais alta e distinta consideração.

Mario López Chavarri
Ministro das Relações Exteriores
da República Do Peru

REGULAMENTO GERAL DOS COMITÊS DE FRONTEIRA ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA DO PERU

CAPÍTULO PRIMERO
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo I

Os Comitês de Fronteira Amazônicos constituem foros bilaterais para tratar de temas de interesse comum da Zona de Integração Fronteiriça, os quais têm como objetivo promover seu desenvolvimento por meio da integração e cooperação.

Artigo II

Estabelecem-se dois Comitês de Fronteira: um Comitê de Fronteira Amazônico Norte, que inclui o Departamento-Região de Loreto, no Peru, e o Estado do Amazonas, no Brasil; e um Comitê de Fronteira Amazônico Sul, que inclui os Departamentos-Regiões de Ucayali e Madre de Dios, no Peru, e o Estado do Acre, no Brasil.

A referida composição poderá ser ampliada ou modificada por acordo entre as partes.

CAPÍTULO SEGUNDO
DAS REUNIÕES DOS COMITÊS

Artigo III

Os dois Comitês de Fronteira se reunirão anualmente e de forma alternada em cada país.

Artigo IV

As reuniões dos Comitês de Fronteira contarão com a participação de representantes dos Ministérios das Relações Exteriores e de órgãos nacionais dos governos (interior, desenvolvimento regional, migração, aduanas, controle sanitário e fitossanitário, transportes e comunicações, saúde, produção, educação, cultura, meio ambiente, turismo, entre outros), assim como dos governos estaduais e locais.

Como convidados poderão participar parlamentares e entidades dos setores privados e produtivos dos Departamentos-Regiões e Estados mencionados no Artigo II.
Buscar-se-á equivalência do número de representantes dos serviços públicos e entidades privadas de ambos os países que participarão das reuniões do Comitê.

Artigo V

Os resultados e compromissos alcançados nos Comitês de Fronteira serão relatados à Comissão Vice-Ministerial de Integração Fronteiriça Brasil-Peru (CVIF).

Artigo VI

As agendas das reuniões serão elaboradas de forma coordenada pelos representantes das chancelarias, em conjunto com as autoridades estaduais. As agendas serão transmitidas aos participantes com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias, contados da data de início da reunião, sem prejuízo da inclusão de outros temas, mediante acordo prévio de ambas as partes ao início da reunião do Comitê de Fronteira.

Artigo VII

Para o funcionamento de cada Comitê e o desenvolvimento das respectivas reuniões, serão constituídas Comissões, as quais serão compostas pelos seguintes setores:
Coordenação-Geral: Presidida pelos Secretários-Executivos da Comissão Vice-Ministerial de Integração Fronteiriça Brasil-Peru ou pelos representantes por eles designados.

a) Comissão de facilitação fronteiriça
- Migrações
- Aduanas
- Controle Sanitário
- Polícia
- Complexos fronteiriços e controle integrado
- Transportes

b) Comissão de assuntos sociais e igualdade
- Saúde
- Educação
- Cultura
- Justiça e direitos humanos
- Desenvolvimento e inclusão social

c) Comissão de promoção econômica, comercial e turismo
- Comércio
- Turismo
- Desenvolvimento produtivo

d) Comissão do Meio ambiente
- Meio ambiente

e) Comissão das autoridades de fronteira
- Governos estaduais
- Governos locais:
  - Iñapari – Assis Brasil

- Purus – Santa Rosa do Purus
- Islandia – Benjamin Constant

Artigo VIII

Sem prejuízo do mencionado no artigo anterior, cada Comitê de Fronteira poderá criar comissões para abordar outros temas de interesse.

CAPÍTULO TERCEIRO
DO FUNCIONAMENTO DOS COMITÊS

Artigo IX

A Secretária-Executiva da CVIF, a cargo do Diretor de Desenvolvimento e Integração Fronteiriça do Ministério das Relações Exteriores do Peru e do Diretor do Departamento de América do Sul do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, constitui a instância de coordenação-geral para supervisionar os compromissos apresentados pelas Comissões dos Comitês de Fronteira.

Artigo X

Os Secretários-Executivos são responsáveis por convocar os Comitês de Fronteira, comunicar os compromissos alcançados à Comissão Vice-Ministerial da Integração Fronteiriça Brasil-Peru e realizar o acompanhamento dos compromissos adotados.

Artigo XI

As Comissões iniciarão seu trabalho nomeando um coordenador do país visitante e um relator do país anfitrião. O primeiro organizará o trabalho de revisão da agenda, e o segundo informará os entendimentos alcançados à Coordenação-Geral para a sua concordância e incorporação em ata. Ao final do trabalho realizado, o relator e o coordenador elaborarão um relatório assinado que será registrado em ata.

Artigo XII

Cada reunião dos Comitês de Fronteira terá uma ata, elaborada com base nos relatórios entregues pelas respectivas Comissões à Coordenação-Geral, a qual deverá ser assinada pelos Secretários-Executivos ou seus representantes.

Artigo XIII

A parte principal da ata da reunião do Comitê deverá ser lida no ato de encerramento.

Artigo XIV

A ata conterá, como anexos, entre outros, uma relação das conclusões adotadas e das recomendações formuladas pelas Comissões, bem como a nominata de autoridades e dos representantes dos organismos e entidades participantes.

Artigo XV

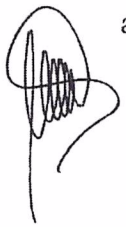
A ata será assinada em duas cópias originais, uma para cada país, em seus respectivos idiomas, estando sob a responsabilidade das Secretarias-

Executivas a posterior distribuição para os respectivos organismos e entes participantes.

CAPÍTULO QUARTO
DISPOSIÇÃO FINAL

Artigo XVI

O calendário de reuniões de cada Comitê será fixado pelas Chancelarias de ambos os países.



Nota RE (MIN) No. 6/160

Lima, 14 SET. 2020

Excelentísimo señor Ministro:

Tengo a honra dirigirme a Vuestra Excelencia con el fin de resaltar la realización, a lo largo de 2019, de importantes reuniones entre representantes de la República del Perú y la República Federativa del Brasil, tanto en Lima como en Brasilia, las cuales permitieron avanzar y profundizar el relacionamiento bilateral. Específicamente deseo destacar el proceso de racionalización de los mecanismos bilaterales y el establecimiento de nuevos Comités de Fronteras y su respectivo Reglamento General.

Como Vuestra Excelencia conoce, estos importantes pasos, históricos en la relación bilateral, han sido posibles de realizar gracias a la excelente disposición demostrada por las autoridades de ambas partes, quienes desplegaron los mayores esfuerzos con el fin de consensuar asuntos de trascendental interés para nuestros pueblos, especialmente para los ciudadanos residentes en los dos lados de nuestra extensa frontera, enteramente amazónica.

En ese sentido, me es grato someter a consideración de Vuestra Excelencia el establecimiento del Comité de Frontera Norte, que abarca al Departamento de Loreto en la República del Perú y al Estado de Amazonas en la República Federativa del Brasil, quedando subordinado a éste el Comité de Frontera Islandia – Benjamin Constant; y el Comité de Frontera Sur, que abarca a los Departamentos de Madre de Dios y Ucayali de la República del Perú y al Estado de Acre en la República Federativa del Brasil, quedando subordinado a éste los Comités de Frontera Iñapari - Assis Brasil y Purús - Santa Rosa do Purús.

De igual modo, me es grato someter a consideración de Vuestra Excelencia, el reglamento, adjunto a la presente nota, de los Comités de Frontera Norte y Sur.

Al Excelentísimo señor
Ernesto Fraga Araújo
Ministro de las Relaciones Exteriores
República Federativa del Brasil
Brasilia.-

Consecuentemente, si así también lo estima conveniente la República Federativa del Brasil, se propone dar por terminados: i) el acuerdo por intercambio de notas del 21 de julio de 1999, que creó el mecanismo de Comités de Fronteras y aprobó su respectivo Reglamento; así como ii) el acuerdo por intercambio de notas del 28 de abril de 2009, que modificó el instrumento anterior.

La República del Perú sugiere que esta nota y la respuesta de Vuestra Excelencia, ambos textos en español y portugués, de igual tenor y autenticidad, constituyan un entendimiento entre los dos Estados, el cual surtirá efectos en la fecha de recepción de la nota de respuesta de la República Federativa del Brasil.

Aprovecho la oportunidad para renovar a Vuestra Excelencia las seguridades de mi más alta y distinguida consideración.

Mario López Chávarri
Ministro de Relaciones Exteriores

REGLAMENTO GENERAL DE LOS COMITÉS DE FRONTERA ENTRE LA REPÚBLICA DEL PERÚ Y LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL

CAPÍTULO PRIMERO
DISPOSICIONES GENERALES

Artículo I

Los Comités de Frontera Amazónicos constituyen foros bilaterales para el tratamiento de temas de interés común de la Zona de Integración Fronteriza, los cuales tienen como objetivo promover su desarrollo a través de la integración y cooperación.

Artículo II

Se establecen dos Comités de Frontera: un Comité de Frontera Amazónico Norte, que comprende al Departamento de Loreto, en Perú y al Estado de Amazonas, en Brasil; y un Comité de Frontera Amazónico Sur, que comprende a los Departamentos de Ucayali y Madre de Dios, en Perú, y al Estado de Acre, en Brasil.

Dicha composición podrá ser ampliada o modificada por acuerdo de las partes.

CAPÍTULO SEGUNDO
DE LAS REUNIONES DE LOS COMITÉS

Artículo III

Los dos Comités de Frontera se reunirán anualmente y de forma alternada en cada país.

Artículo IV

Las reuniones de los Comités de Frontera contarán con la asistencia de representantes de los Ministerios de Relaciones Exteriores y entidades nacionales de gobierno (interior, desarrollo regional, migraciones, aduanas, control fito y zoosanitario, transportes y comunicaciones, salud, producción, educación, cultura, medio ambiente, turismo, entre otros, así como de los gobiernos regionales y locales.

Como invitados podrán asistir parlamentarios, agrupaciones de los sectores privados y productivos de los Departamentos y Estados mencionados en el Artículo II.

Se procurará que exista equivalencia en número entre los representantes de servicios públicos y entidades privadas de ambos países que asistirán a las reuniones del Comité.

Artículo V

Los resultados y compromisos alcanzados en los Comités de Frontera serán reportados a la Comisión Viceministerial de Integración Fronteriza Perú Brasil (CVIF)

Artículo VI

Las agendas de las reuniones serán elaboradas en forma coordinada por los representantes de las cancillerías junto con las autoridades regionales. Las agendas serán transmitidas a los participantes con antelación mínima de treinta (30) días a la fecha de inicio de la reunión, sin perjuicio de incorporar otros temas, por acuerdo de ambas partes previa comunicación al inicio del Comité de Frontera.

Artículo VII

Para el funcionamiento de cada Comité y el desarrollo de las respectivas reuniones, se constituirán Comisiones que estarán conformadas por los siguientes sectores:

Coordinación General: Presidida por los Secretarios Ejecutivos de la Comisión Viceministerial de Integración Fronteriza Perú - Brasil, o por los representantes por ellos designados.

a) Comisión de Facilitación Fronteriza
- Migraciones
- Aduanas
- Sanidad
- Policía
- Complejos fronterizos y control integrado
- Transportes

b) Comisión de asuntos sociales y equidad
- Salud
- Educación
- Cultura
- Justicia y derechos humanos
- Desarrollo e inclusión social

c) Comisión de promoción económica, comercial y turismo
- Comercio
- Turismo
- Desarrollo productivo

d) Comisión de Medio ambiente
- Medio Ambiente

e) Comisión de autoridades de frontera
- Gobiernos regionales
- Gobiernos locales:
  - Iñapari – Assis Brasil
  - Purus – Santa Rosa do Purus

- Islandia – Benjamin Constant

Artículo VIII

Sin perjuicio de lo señalado en el artículo anterior, cada Comité de Frontera podrá crear comisiones para abordar otros temas de interés.

CAPÍTULO TERCERO
DEL FUNCIONAMIENTO DE LOS COMITÉS

Artículo IX

La Secretaria Ejecutiva de la CVIF, a cargo del Director de Desarrollo e Integración Fronteriza del Ministerio de Relaciones Exteriores del Perú y del Director del Departamento de América del Sur del Ministerio de Relaciones Exteriores de Brasil, constituye la instancia de coordinación general para supervisar los compromisos presentados por las Comisiones de los Comités de Frontera.

Artículo X

Los Secretarios Ejecutivos son responsables de convocar a los Comité de Frontera, comunicar los compromisos alcanzados a la Comisión Viceministerial de Integración Fronteriza Perú-Brasil y realizar el seguimiento de los compromisos adoptados.

Artículo XI

Las Comisiones iniciarán su trabajo nombrando un coordinador del país visitante y un relator del país anfitrión. El primero organizará el trabajo de revisión de la agenda y el segundo informará los acuerdos alcanzados a la Coordinación General, para su conformidad e incorporación en el acta. Al final del trabajo realizado, el relator y el coordinador elaborarán un informe firmado que será registrado en el acta.

Artículo XII

Cada reunión de los Comités de Frontera tendrá un acta, elaborada en base a los informes entregados por las respectivas Comisiones a la Coordinación General, la que deberá ser firmada por los Secretarios Ejecutivos o sus representantes.

Artículo XIII

La parte principal del acta de la reunión del Comité deberá ser leída en el acto de clausura.

Artículo XIV

El acta contendrá, como anexos, entre otros, una relación de las conclusiones adoptadas y de las recomendaciones formuladas por las Comisiones, así como la nómina de autoridades y de los representantes de los organismos y entidades participantes.

Artículo XV

El acta se suscribirá en dos copias originales, una para cada país, en sus respectivos idiomas, estando bajo la responsabilidad de las Secretarías Ejecutivas la posterior distribución de copias suficientes para los respectivos organismos y entes participantes.

CAPÍTULO CUARTO
DISPOSICIÓN FINAL

Artículo XVI

El calendario de reuniones de cada Comité será fijado por las Cancillerías de ambos países.

Nº 01/2020

Ao Excelentíssimo senhor
Mario López Chávarri
Ministro das Relações Exteriores da
República do Peru

Brasília, 16 de setembro de 2020

Excelentíssimo senhor Ministro,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota RE (MIN) No. 6/160 de Vossa Excelência, abaixo transcrita, datada de 14 de setembro de 2020, informando que, com vistas a promover relações de amizade e cooperação entre nossos dois países, bem como aprofundar a integração fronteiriça, o Governo da República Federativa do Brasil está preparado para adotar o Regulamento Geral dos Comitês de Fronteira entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru:

"Nota RE (MIN) No. 6/160

Lima, 14 SET. 2020

Excelentíssimo senhor Ministro,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de ressaltar a realização, ao longo de 2019, de importantes reuniões entre representantes da República do Peru e da República Federativa do Brasil, tanto em Lima como em Brasília, que permitiram fazer avançar e aprofundar a relação bilateral. Especificamente, desejo destacar o processo de racionalização dos mecanismos bilaterais e o estabelecimento de novos Comitês de Fronteira e seu respectivo Regulamento Geral.

Como Vossa Excelência sabe, esses importantes passos históricos na relação bilateral foram possíveis graças à excelente disposição demonstrada pelas autoridades de ambas as partes, que empreenderam os maiores esforços com o objetivo de acordar assuntos de interesse transcendental para nossos povos, em especial, aos cidadãos residentes nos dois lados de nossa extensa fronteira, inteiramente amazônica.

Nesse sentido, tenho a honra de submeter, à consideração de Vossa Excelência, o estabelecimento do Comitê de Fronteira Norte, que engloba o Departamento-Região de Loreto, na República do Peru, e o Estado do Amazonas, na República Federativa do Brasil, ficando subordinado a este o Comitê de Fronteira Islândia – Benjamin Constant; e o Comitê de Fronteira Sul, que engloba os Departamentos-Regiões de Madre de Dios e Ucayali, na República do Peru, e

o Estado do Acre, na República Federativa do Brasil, ficando subordinados a este os Comitês de Fronteira Iñapari – Assis Brasil e Purús – Santa Rosa do Purús.

Da mesma forma, tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência, o regulamento, anexo à presente nota, dos Comitês de Fronteira Norte e Sul.

Por conseguinte, se a República Federativa do Brasil também o julgar conveniente, propõe-se extinguir: i) o acordo por troca de notas de 21 de julho de 1999, que criou o mecanismo dos Comitês de Fronteira e aprovou seu respectivo Regulamento, assim como ii) o acordo por troca de notas de 28 de abril de 2009, que modificou o instrumento anterior.

A República do Peru sugere que esta nota e a resposta de Vossa Excelência, ambos os textos em espanhol e português, de igual teor e autenticidade, constituam um entendimento entre os dois Estados, o qual produzirá efeitos na data de recebimento da nota de resposta da República Federativa do Brasil.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência as seguranças da mais alta e distinta consideração.

Mario López Chavarri
Ministro das Relações Exteriores da República Do Peru

Ao Excelentíssimo senhor
Ernesto Fraga Araújo
Ministro de Estado das Relações Exteriores da
República Federativa do Brasil"

Tenho a honra de confirmar que a presente Nota e a Nota de Vossa Excelência de 14 de setembro de 2020 constituirão entendimento recíproco para o estabelecimento do Regulamento Geral dos Comitês de Fronteira entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru, bem como para a extinção dos instrumentos citados na Nota de Vossa Excelência.

Confirmo, também, nos termos da Nota de Vossa Excelência, que o presente entendimento entra em vigor na data de recebimento desta Nota de resposta.

A presente Nota está sendo enviada a Vossa Excelência nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos de igual teor e autenticidade.

Aceite, Senhor Ministro, os protestos de minha mais alta estima e consideração.

Brasília-DF, de setembro de 2020.

Ernesto Araújo
Ministro de Estado das Relações Exteriores
da República Federativa do Brasil

Nº 01/2020

Al Excelentísimo señor
Mario López Chávarri
Ministro de Relaciones Exteriores de la
República del Perú

Brasilia, 16 de septiembre de 2020

Excelentísimo señor Ministro,

Tengo el honor de acusar recibo de la Nota RE (MIN) No. 6/160 de Su Excelencia, transcrita a continuación, de fecha 14 de septiembre de 2020, en la que manifiesta que, con miras a promover las relaciones de amistad y cooperación entre nuestros dos países, así como a profundizar la integración fronteriza, el Gobierno de la República Federativa de Brasil está dispuesta a adoptar el Reglamento General de los Comités de Frontera entre la República Federativa de Brasil y la República del Perú:

"Nota RE (MIN) No.

Lima, 14 SET. 2020

Excelentísimo señor Ministro:

Tengo a honra dirigirme a Vuestra Excelencia con el fin de resaltar la realización, a lo largo de 2019, de importantes reuniones entre representantes de la República del Perú y la República Federativa de Brasil, tanto en Lima como en Brasilia, las cuales permitieron avanzar y profundizar el relacionamiento bilateral. Específicamente deseo destacar el proceso de racionalización de los mecanismos bilaterales y el establecimiento de nuevos Comités de Fronteras y su respectivo Reglamento General.

Como Su Excelencia conoce, estos importantes pasos, históricos en la relación bilateral, han sido posibles de realizar gracias a la excelente disposición demostrada por las autoridades de ambas partes, quienes desplegaron los mayores esfuerzos con el fin de consensuar asuntos de trascendental interés para nuestros pueblos, especialmente para los ciudadanos residentes en los dos lados de nuestra extensa frontera, enteramente amazónica.

En ese sentido, me es grato someter a consideración de Vuestra Excelencia el establecimiento del Comité de Frontera Norte, que abarca al Departamento de Loreto en la República del Perú y al Estado de Amazonas en la República Federativa de Brasil, quedando subordinado a éste el Comité de Frontera Islandia – Benjamin Constant; y el Comité de Frontera Sur, que abarca a los Departamentos de Madre de Dios y Ucayali de la República del Perú y al Estado de Acre en la República Federativa de Brasil, quedando subordinado a éste los Comité de Frontera Iñapari - Assis Brasil y Purús - Santa Rosa do Purús.

De igual modo, me es grato someter a consideración de Vuestra Excelencia, el reglamento, adjunto a la presente nota, de los Comité de Frontera Norte y Sur.

Consecuentemente, si así también lo estima conveniente la República Federativa de Brasil, se propone dar por terminados: i) el acuerdo por intercambio de notas del 21 de julio de 1999, que creó el mecanismo de Comités de Fronteras y aprobó su respectivo Reglamento; así como ii) el acuerdo por intercambio de notas del 28 de abril de 2009, que modificó el instrumento anterior.

La República del Perú sugiere que esta nota y la respuesta de Vuestra Excelencia, ambos textos en español y portugués, de igual tenor y autenticidad, constituyan un entendimiento entre los dos Estados, el cual surtirá efectos en la fecha de recepción de la nota de respuesta de la República Federativa de Brasil.

Aprovecho la oportunidad para renovar a Vuestra Excelencia las seguridades de mi más alta y distinguida consideración.

Mario López Chavarri
Ministro de Relaciones Exteriores de la República del Perú

Al Excelentísimo señor
Ernesto Fraga Araújo
Ministro de las Relaciones Exteriores
República Federativa de Brasil"

Al respecto, tengo a honra confirmar que esta Nota y su nota del 14 de septiembre de 2020 constituirán un entendimiento mutuo para el establecimiento del Reglamento General de los Comités de Frontera entre la República Federativa de Brasil y la República del Perú, así como para la extinción de los instrumentos mencionados en su Nota.

También confirmo, en los términos de la Nota de Su Excelencia, que este entendimiento surtirá efecto en la fecha de recepción de esta Nota de respuesta.

Esta Nota se envía a Su Excelencia en los idiomas portugués y español, siendo ambos textos de igual contenido y autenticidad.

Acepte, Ministro, el testimonio de mi más alta estima y consideración.

Brasília-DF, de septiembre de 2020.

Ernesto Araújo
Ministro de Estado de Relaciones Exteriores
de la República Federativa del Brasil